

Campus

Jornal-laboratório do
Departamento de
Comunicação da UnB.
Nº 62 Primeira quinzena
Abril de 1984



A saga do índio e a luta por seus direitos

Espoliado, perseguido e exterminado através dos anos, o índio brasileiro passou a ter maior consciência da sua história e do seu lugar na sociedade hoje. Em Brasília, foi realizado, de 2 a 4 de abril, o II Encontro das Lideranças Indígenas Brasileiras, presidido pelo deputado e cacique xavante Mário Juruna.

No Xingu o cacique txucarramãe Raoni lidera um movimento pela demarcação de terras e contra o descaso da Funai. Assim, ainda que a lei insista na tese da "incapacidade relativa", o índio vai aos poucos se libertando da injusta tutela (Reportagem nas páginas 6 e 7).



Este número do **Campus** recebeu a valiosa colaboração dos alunos de publicidade, que produziram um anúncio. O produto à venda? Trata-se do produto de maior aceitação hoje em terras brasileiras: as eleições diretas para Presidente. Veja o anúncio na página 12.

**NA CONSCIENTIZAÇÃO DO POVO
A ESPERANÇA DA VITÓRIA**
DEPARTAMENTO COMUNICAÇÃO

Elen Soletre



A pesquisa agrícola na área de alimentos é vital para o país. Leia sobre pesquisas com a mandioca, o feijão e a castanha do Pará na pg. 10.

MEIO

O fato e o foga

ULISSES LACAÇA

Velhas máquinas, caras novas. **Campus** versão 84, edição revista e ampliada, orgulho para a família de quem escreve e assina, pesadelo para quem faz. No primeiro dia de redação, as caras novas estão sorridentes. Não permanecem assim muito tempo.

Primeiro, a fantástica revelação, em toda a sua plenitude e crueldade, da face concreta de termos meramente hipotéticos, nunca antes observados a olho nu, tais como "pauta", "lauda", "lead" e outros menos cotados.

Depois, o caos. Sentar em frente a uma das velhas máquinas e rapidamente ter que produzir um pastiche mais ou menos feliz como matéria jornalística, valendo-se apenas de uma base teórica discutível, ministrada homeopaticamente ao longo de inumeráveis semestres.

O senso crítico e outras conceituações vêm com facilidade. O pro-

blema mesmo é escrever a primeira linha, escolher um modo coerente em meio a um milhão de possibilidades de passar as informações. "A resposta é a experiência", dizem uns. Sem dúvida. Por que então estruturar desta forma um curso de comunicação? Por que essa dicotomia entre teoria e prática, relegando esta ao último ano de curso, compartimentalizada e isolada das discussões e conteúdos ministrados em todas as demais disciplinas de jornalismo? Isso, sem mencionar as demais áreas, como cinema e rádio.

Temos uma chance de corrigir esse absurdo com a implantação do novo currículo. Quilômetros de unhas deixarão de ser roídas por "focas" assustados e inexperientes.

Ou mesmo coisa pior. "E na redação que se descobre quem é realmente jornalista ou não", dizem outros. Pena que muita gente tenha que passar por anos de curso antes de descobrir que errou na escolha.

"Brasil, Globo e Alma"

MARTA ROSARIO

É possível mostrar com veracidade um pedaço da realidade brasileira, em 20 minutos, via Rede Globo? Essa é basicamente a proposta do programa "Brasil Corpo e Alma" (Rede Globo, sábado, meio-dia), resultado de um convênio entre o MEC - através da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Grau (SEPS) e Fundação Nacional Pró-Memória - e a Fundação Roberto Marinho.

Mostrando localidades ou regiões como Juazeiro (CE), Missões (RS), Palmares (AL), o Pantanal (MT/MS), Congonhas (MG), Porto Seguro (BA) e São Paulo, o programa busca retratar homem no seu "habitat", produzindo sua própria cultura, e suscitar uma tomada de consciência das diversidades culturais existentes no país. Assim tenta promover junto ao público uma reflexão sobre seu cotidiano.

"Não se quer fazer um documentário, mas uma crônica", diz Milton Cabral Viana, um dos técnicos-pesquisadores da Pró-Memória, principal órgão responsável pelo projeto. A ela cabe a definição dos temas, designando um pesquisador ou uma equipe que faz uma pesquisa de gabinete (de três a quatro semanas), seguida da prospecção (uma semana), quando o pesquisador vai ao próprio local confrontar seus dados com a realidade, fazer contatos com pessoas representativas para depoimentos e elaborar uma pré-pauta bastante detalhada sobre o assunto. Esse material é então discutido pelos três órgãos envolvidos.

Só nesse ponto do processo entra a televisão (o Núcleo de Ensino da FRM), que com o pesquisador chega a gravar sete horas de material no local. Esse material é depois selecionado e articulado com a participação de um roteirista da Globo, "amarrando" o programa com a narrativa. Há então uma nova avaliação do material, seguindo este para a montagem e veiculação, após as quais o pesquisador da "Pró-Memória" volta à comunidade com um vídeo do programa, promovendo debates sobre o produto final, que também é gravado e arquivado.

A proposta, entretanto, enfrenta várias adversidades, tais como o

curto tempo de duração do programa no ar: 20 minutos. Assim, alguns assuntos dentro dos temas por motivos político-ideológicos, acabam tendo um tratamento superficial. São geralmente os temas mais delicados: latifúndios, exploração de trabalhadores e/ou etnias. Falta também uma indicação geográfica da comunidade enfocada. O grande número de órgãos e pessoas envolvidas faz com que, às vezes, o pesquisador, principal responsável, perca a condução do programa.

A presença de um roteirista que não vai ao campo, só trabalhando com a matéria depois que está gravada, é determinante. A seleção de imagens e a seleção do texto que as permeia para dar-lhes coerência, muitas vezes desfigura a realidade. A idéia do "padrão Globo" de limpeza e qualidade, que tenta promover uma conhecida homogeneização cultural no país, contrasta violentamente com algumas imagens de um povo por vezes sujo, pobre, feio, triste e sofrido, que entretanto conserva suas diversas manifestações culturais com consciência de sua identidade.

Tem-se então "flashes" de um Brasil real: uma mulher que conta sua vida miserável trabalhando com cerâmica ("Palmares"), enquanto o narrador em "off" se preocupa em repetir à exaustão frases de efeito sobre Zumbi com a câmara acompanhando um voo de gavião no céu limpo; fala-se da "graciosa nudez das índias" que "seduziu os portugueses" ("Porto Seguro") ao invés de se dar uma idéia mais contundente da exploração da madeira na região, sem nenhum controle.

Há também o problema da rapidez da linguagem televisiva, a "objetividade" jornalística. Falta às vezes uma certa sensibilidade da Câmara, que não se envolve "afetivamente" com a questão, e o perigo do cunho de verdade que a TV imprime ao que veicula.

Mas se não há perfeição, o que é quase impossível, alguns programas têm atingido um excelente nível, alcançando os objetivos do projeto, divulgando heróis não-oficiais, como Zumbi dos Palmares e Sepé Tiaraju, mostrando eventualmente um "Brasil de corpo e alma".

Alguém viu
a peça que
estava aqui?

Brasília não tem tradição cultural! Brasília não tem público!, bradam pelos sete ventos os eternos inimigos (ou seus filhos) da capital. Os artistas de renome nacional vêm à capital, sugam o que podem em curtíssimas temporadas, e vão embora cobertos de aplausos e confetes. Foi esse o caso da peça "Lágrimas Amargas de Petra Von Kant", que veio à cidade (veio?) e usou o maior espaço disponível, em menor tempo possível. Resultado: perdeu-se com isso a carga dramática da montagem e do próprio texto do mestre Fassbinder. Lamentável. Enquanto for rebatida a tecla da falta de tradição e escassez de público, não contornaremos esses obstáculos. Absurdo ou compreensível, eis a questão. (Nevinho Alarcão)

FUI acusado de pegar leve no jornal do Dr. Roberto Marinho no artigo publicado no *Melo do Campus* nº 61. Só achando graça. Antes de tudo, não só é preciso que se conheça a história da imprensa no Brasil, como também a história das famílias ligadas às empresas jornalísticas, principalmente as paulistas. Crianças: ideologia é ideologia (diretas, etc), mas por baixo disso acontecem coisas que até Deus dúvida. (Guilherme Soares)

PEIXADA

Não vai ser mais possível a realização da 1ª Mostra de Marketing Político, a partir do dia 12, no salão negro do Congresso Nacional. Ela foi proibida, certamente, por ser o salão negro (e o próprio Congresso) um lugar desabitado à frequência popular, um local à distância de qualquer programa ou manifestação comunitária, tendo em vista a falta de tradição da Casa do Povo e de seus membros em receber o seu povo. O negócio, então, é promover uma exposição sobre peixadas, prato típico do Estado do Espírito Santo. Esta exposição, é claro, não deverá ser proibida, pois o presidente do Congresso, que é de lá, deve gostar de peixadas (Carlos Augusto de Amorim Dutra).

Jornal-laboratório do Departamento de Comunicação da UnB.

Editor-Chefe: Prof. Murilo César Ramos **Chefe de Reportagem:** Prof. Arcelina Helena Dias. **Editor de Fotografia:** Prof. Luiza Venturelli. **Diagramação:** Prof. Maria Rita Leal.

Editores: Guilherme Soares (Opinião e Diagramação); Lavina Ribeiro e Lillian Mandel (UnB); Heloisa Helena Vieira e

MURO

Estranho silêncio

Na semana passada escrevi uma matéria falando que a UNE se auto-elege indiretamente, num congresso que, por sinal, é o maior conchavão (tal qual a convenção do DCE). Pois é. Cheguei na redação e fiquei esperando que algum membro da diretoria ou seu simpaticante (tem algum?) viesse me atacar e exigir a minha cabeça ao editor. Para a minha surpresa, ao conversar com o Guilherme, o editor do Muro, ele me diz que ninguém se dignou a responder, a rebater as minhas colocações. Na verdade isso não significa que eu esteja coberto de razão, mas sim que não há ninguém que se digne a defender essa UNE que aí está. Peraí: não há quem possa defender a entidade? Se for por falta de grana para conseguir uma matéria paga, não precisa. O Muro é de graça. Você pode escrever o que quiser, que se estiver legível e de boa qualidade para os olhos do nosso editor-todo-poderoso, o **Campus** publica. A gente pode até datilografar o que o cara qui-



ser, caso ele, ou ela, não saiba bater à máquina. Porém, mesmo eu considerando a UNE atual tão pulega quanto a de 51 a 62 (que teve até Paulo Egídio Martins na presidência), pelo menos aquelas dignava a responder às acusações que lhe faziam. Podem vir, o espaço é aberto. Até para vocês. (Peninha)

Arrotando na Concha

Uma sistemática falta de uso da Concha Acústica da Universidade demonstra um acentuado desinteresse por atividades artísticas ao ar livre dentro da UnB. A concha, situada entre os departamentos de Música e Desenho, teve na semana passada um show de rock com o grupo Roxo, inicialmente previsto para ser realizado ali —, transferido na última hora, para a entrada norte (Ceubinho) — vejam vocês! O motivo da mudança de local foi atribuído à chuva que ameaçava cair de uma hora para outra.

Ora, nem sempre chove todos

os dias e, no entanto, quase nunca se tem notícia de algum show ou outra qualquer atividade artística que possa reunir a moçada universitária como acontecia todas as quartas-feiras do ano passado, quando os alunos da Música tinham uma proposta para se apresentar, diversificando semanalmente estilo e repertório. Estamos diante de uma situação diferente daquela em que se procura espaços para se ocupar. Aqui há o espaço cultural, o que parece não haver é esta procura. Que tal depois do almoço um "Arroto Acústico" — show com gosto de sesta? (Bené Eustáquio de Araújo)

O suposto alheamento da população de Brasília em relação às questões de interesse nacional é mito que pode ser desmascarado pela participação da cidade na 1ª Mostra de Marketing Político, que se realizará de 12 a 16 de abril no gabinete do senador Henrique Santillo. Desde o apocalíptico Dragão das Diretas até suadas fantasias de carnaval, a contribuição de Brasília reveste-se de caráter significativo, uma vez que revela a integração da sede do poder na campanha pela participação popular na substituição deste próprio poder. A participação de Brasília deve ser avaliada menos pela quantidade da produção e mais pelo nível de envolvimento da cidade na campanha pelas diretas. A população de Brasília não está inerte em relação à campanha, prova disso são os milhares de adesivos estampados nos vidros dos carros, um sinal claro de adesão. A exiguidade de tempo entre o planejamento e a realização da mostra pode ter provocado uma certa lentidão na chegada dos trabalhos. No entanto, há material suficiente para documentar o sentimento nacional em favor das diretas. Vale a pena conferir. (Marina Maria)

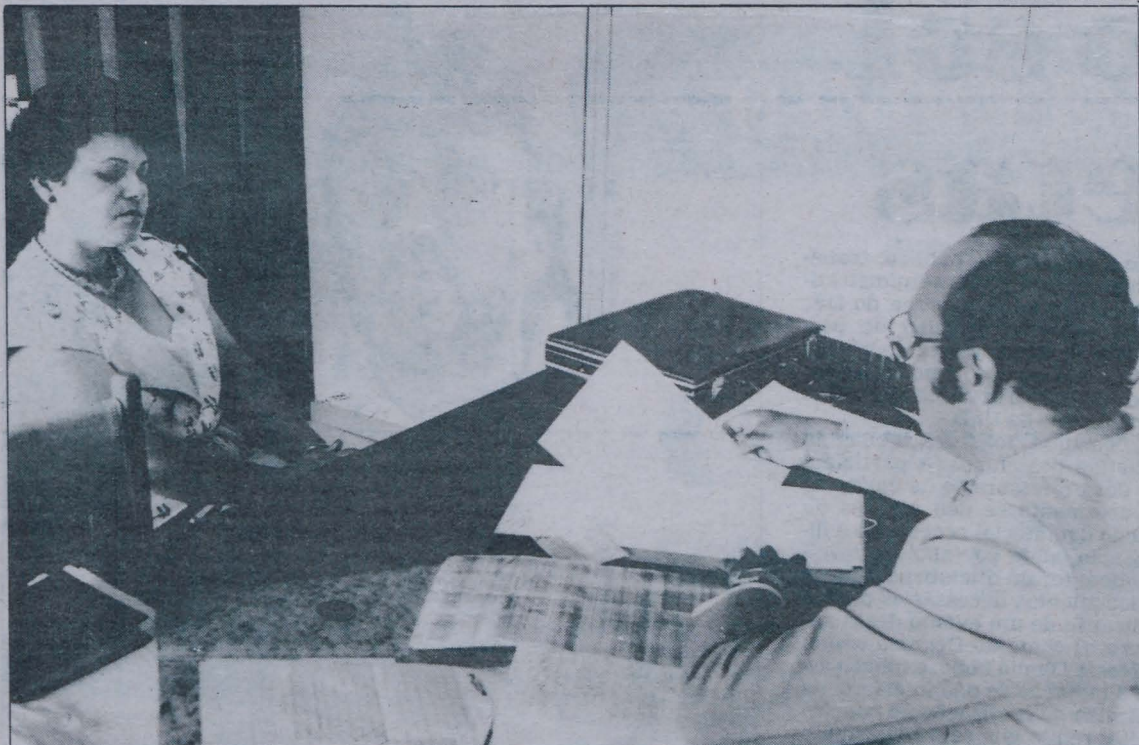
Campus

Rosane Reis (Cidade); Diogo Neto e Leda Maria Sampaio (Nacional); Maria Amália Bezerra (Internacional); Maria Cristina Bezerra e Walcymara Sampaio (Ciência); Anand Rao e Jurema Campos (Cultura).

Redação: Adalberto Passos, Afonso Cozzolino, Ana Cristina Alves, Ana Cristina Dias, Benedito Eustáquio, Carlos Augusto de Carvalho, Carlos Augusto Dutra, Carlos Penna, Cid Furtado Filho, Cid Queiroz, Denise Adriano de Roure, Edna Maria

Santos, Jair Barbosa Jr., Josué Benitz, Luis Carlos Queiroz, Luisa Modesto, Dinalva Ferreira, Maria Isabel Cruz, Márcio Araújo, Marina Maria Martins, Maria Rosário, Nevinho Alarcão, Rejane Pretti, Silvana de Freitas, Thais Bastos e Ulisses Lacava.

Fotografia: Marta Alejarra, Nicolau Elmoor e Rodrigo Mesquita. **Laboralista:** Jeová Xangó **Ilustrações:** E. Carreira, Edson Fogaça.



Segundo o prof. Sena, a maioria dos casos atendidos está na área de família

Escritório modelo é imperfeito

"Eu adoro essas críticas. Leio e acho graça. As coisas nunca são exatamente como todo mundo quer". Este foi o comentário do professor Paes Landim, Diretor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados (FA), a respeito da nota de repúdio ao Escritório de Assistência Judiciária veiculada recentemente no Departamento de Direito. Segundo a nota, assinada por 11 alunos, a maioria ex-integrantes da Diretoria do Centro Acadêmico, o Escritório é uma "distorção do projeto inicial aprovado por professores e alunos".

O Escritório de Assistência Judiciária é uma reivindicação antiga dos alunos. Além disso, ele atende a recomendação do Conselho Federal de Educação, que há um ano fez um estudo propondo modificações no atual currículo do curso. Com isso os alunos ganhariam uma vivência maior de Prática Forense na própria Universidade.

COMISSÃO PARITÁRIA

Para a criação do Escritório Modelo foi constituída, em 1982, uma comissão paritária composta por três professores, nomeados pelo Diretor da Faculdade e por três alunos, designados pelo Centro Acadêmico de Direito. A comissão ficou sob a presidência do Vice-Diretor da FA.

Essa comissão elaborou um estatuto, que foi aprovado em assembléia pelos alunos e encaminhado ao Diretor da FA. Na ocasião, o professor Landim teria aprovado o estatuto integralmente. Engavetada durante um ano, só agora a idéia foi concretizada com a inauguração do Escritório no dia 19 de março.

Segundo Aurélio Rios, aluno que participou da comissão paritária que elaborou o estatuto inicial em 1982 e um dos que assinaram a nota de repúdio, a instalação do Escritório foi uma iniciativa ar-

bitrária e distorcida. Aurélio explica que o professor Landim "passou por cima e ignorou por completo o projeto aprovado pelos estudantes e pela própria Direção da FA".

Ele teria feito requerimento à OAB/DF para estabelecer o Escritório, sem sequer ter anexado o estatuto de 82. Aurélio afirma que Landim, menosprezando os professores que há muito tempo lutavam pelo projeto, alterou o sistema de escolha dos coordenadores do estágio, "nomeando professores de sua confiança ao invés de enviar lista sêxtupla para o CA, como previa o estatuto original. Isso contrariou a idéia de descentralização do Escritório em relação à administração da Universidade".

Outro ponto criticado é a questão do número de alunos beneficiados. O estatuto de 82 possibilitava que todo estudante matriculado em Prática Forense participasse dos trabalhos do Escritório. O projeto agora implementado reduz a 15 o número de alunos estagiários. E certo que o Conselho Federal da OAB impõe uma limitação ao número de alunos. Entretanto, admite-se que esse número possa ser aumentado dependendo da qualidade e amplitude das instalações.

O Diretor da Faculdade admite que o Escritório foi instalado em condições precárias, mas "as coisas nunca são exatamente como todo mundo quer". Segundo ele, o Escritório Modelo perfeito deveria ter a participação de alunos do Departamento de Serviço Social, Psicologia e Direito para ajudar no encaminhamento e aconselhamento. Ele afirma que ainda está lutando pelo escritório perfeito e também por bolsas de trabalho para os alunos estagiários.

Quanto a "passar por cima" do regimento inicial do

Escritório, Landim declara que este primeiro projeto era infantil, pois previa muito material humano, mais que um coordenador e vários funcionários. Desta forma, ele resolveu "chamar Amaro Senna, da Assessoria Jurídica da UnB para coordenar o estágio e simplificar a história".

FUNCIONAMENTO

O estágio no Escritório é optativo, estando desvinculado do currículo obrigatório do curso. E como um complemento que, além de propiciar a utilização prática dos conhecimentos adquiridos, se cursado durante dois anos dispensa o exame de ingresso da Ordem dos Advogados. E também uma forma de atender a população carente, através da justiça gratuita.

Aliás, esta é a condição indispensável para uma pessoa ser atendida: ser pobre, na forma da lei. E esta é uma condição fácil de ser preenchida. Com mais ou menos um mês de funcionamento, o Escritório está com mais de 20 casos em trânsito. Segundo o Professor Senna, coordenador do estágio, 60% dos casos estão na área de família, mas apareceram também causas trabalhistas, ações de perdas e danos e outras. As duas únicas áreas que o Escritório não atende são a Criminal e a Fundiária.

O pré-requisito legal para o aluno fazer o estágio é estar cursando o 7º semestre. Mas isso não é o bastante. Existem aproximadamente 80 alunos cursando Prática Forense e apenas 15 vagas para o estágio. Isso tornou necessário o estabelecimento de uma comissão que regularizasse as normas de seleção. A supervisão do estágio fica a cargo da OAB, que receberá de seis em seis meses um relatório sobre o desempenho dos alunos. (Ana Cristina Braz e Dinalva Ferreira)

A SUCESSÃO NA UnB

Professor discute formas de participar

"Os professores estão começando a se dar conta de que eles têm força para participar do processo de eleição do próximo reitor". As palavras do professor Volnei Garrafa, ex-presidente da ADUnB, parecem traduzir o espírito que tem movimentado as últimas reuniões de professores na UnB. Pela primeira vez em sua história, os Institutos e Faculdades se reúnem para discutir a Universidade à qual vêm se dedicando há anos. O professor Pedro Murrieta, secretário da Associação, passa pelo corredor e afirma: "As reuniões têm sido mais movimentadas do que noites de reveillon".

Nas últimas duas semanas, alguns Institutos e Faculdades reuniram-se para discutir formas de participar no processo eleitoral da Universidade de Brasília. O Instituto de Ciências Humanas já deu o primeiro sinal de que a coisa é pra valer. Por unanimidade, os 60 professores presentes, resolveram encaminhar à ADUnB um documento assinado por todos, inclusive pelo seu diretor, em que expressam estar de pleno acordo com a proposta de reestruturação do Conselho Universitário, já entregue pela ADUnB à Reitoria. Manifestam também seu desejo de participar do processo eleitoral e solicitam à Associação que dê ciência ao Reitor do teor de seu documento.

Um documento nos mesmos moldes deverá ser encaminhado pelos professores da Faculdade de Tecnologia. Essa foi uma das decisões tomadas por 60% de seus professores na última reunião. Segundo o professor Antônio Ibañez, Presidente da ADUnB, "essa foi a reunião mais representativa que a Tecnologia já realizou".

DENÚNCIA

Tais reuniões não estão soltas no contexto da Universidade de Brasília. Em 1983, a ADUnB denunciou ao MEC a falta de representatividade do Conselho Universitário da UnB. No final deste mesmo ano caiu a lei que dava ao Presidente da República a prerrogativa de escolher, sem consultar ninguém, os reitores das Universidades e Fundações. A ADUnB elaborou, então, um projeto para mudar a composição do Conselho Universitário da UnB. A importância dessa mudança vem do fato de que é esse Conselho, juntamente com o Conselho Diretor da FUB, que elegará a lista sêxtupla para reitor.

Em todo o País, a estratégia de atuação do corpo docente está unificada. No último dia 8, a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes) reuniu-se com as Associações de Docentes das Universidades Fundações brasileiras, para que todas acertassem um mesmo ritmo de mobilização. Na primeira quinzena de maio, cada Universidade deverá promover

uma prévia, sendo legítimos eleitores os professores e alunos, com peso igual de voto. Os 12 nomes mais votados concorrerão, na segunda quinzena, à eleição propriamente dita. Escolhidos os seis nomes para a lista sêxtupla, as Associações de cada Universidade exigirão que seus respectivos Colégios Eleitorais os endosseem. No entanto, no caso da UnB, esse processo eleitoral, segundo já indicam as reuniões realizadas, poderá assumir formas diferentes.

"Acima de nomes, a luta é remover o Conselho Universitário que está aí pois há membros que não representam ninguém, além de si mesmos, como é o caso dos professores Aragão, da Biologia e Sales, da Letras, que são desde 77 representantes das Congregações de Carreira. Então uma lista eleita por esse Conselho como está, nós não aceitaremos nunca". O professor Volnei Garrafa não é o único a defender esse ponto de vista. O próprio professor Luís Otávio Sousa Carmo, vice-Reitor da UnB, afirma que a reformulação das Congregações de Carreira e do Conselho de Ensino e Pesquisa tem sido uma preocupação antiga de sua parte.

Na regulamentação de 1970, o artigo 39, parágrafo 3º, previa que os representantes das Congregações de Carreira seriam eleitos pelo respectivo Colegiado, através dos professores que o compõem. Em 1976, o novo regimento redigido inclusive pelo próprio Azevedo, delegava apenas ao Reitor a indicação desses representantes, através de uma lista Sêxtupla. Um parecer da própria Assessoria Jurídica da UnB, nº 011/81, datado de 06/05/81, afirma que "o sistema tem que ser alterado sob pena de jamais ser aplicado, por inexecutável", conforme mostrou ao Campus o professor Luís Otávio. Dele partiu a iniciativa de consultar aquela Assessoria sobre o sistema de constituição das Congregações de Carreira.

REITORAVEIS

Paralelamente às discussões sobre reestruturação do Conselho Universitário e sobre procedimentos eleitorais, começa a haver na UnB discussões também sobre os possíveis candidatos à lista sêxtupla. Mas, apesar dos "papos de corredor", não existem ainda reitoráveis. A proposta dos professores é de que estes candidatos surjam de amplas consultas às bases, talvez através de eleições por Institutos e Faculdades. Comenta-se, entretanto, que estes reitoráveis deverão apresentar um perfil que privilegie a vivência acadêmica, aliada à respeitabilidade junto à comunidade científica nacional. Os reitoráveis terão que contar, ainda, com o apoio incontestado da comunidade universitária da UnB.

(Lavina Ribeiro e Thais Bastos)

Um lugar ao sol para os poetas

"A iniciativa de estimular a produção literária inexistia na Universidade de Brasília, embora ela devesse ser uma política própria da UnB e não de pessoas isoladas", afirma o professor Ronaldo de Melo e Souza, do Departamento de Letras e Linguística e membro da comissão que julgou os poemas inscritos no I Concurso de Contos e Poesias Edgar Allan Poe e João Cabral de Melo Neto.

Criado com o objetivo de ampliar o espaço literário e divulgar novos valores, o concurso, promovido pelos alunos do Curso de Letras e Linguística da UnB e realizado no segundo semestre de 1983, superou as expectativas dos organizadores: 1136 poemas e contos inscritos. Voltado inicialmente apenas para a comunidade brasileira, o concurso foi aberto a nível nacional devido ao grande número de pessoas interessadas.

COMISSÕES

Foram instituídas duas comissões julgadoras: uma para os con-

tos e outra para as poesias. Participaram das comissões membros da Associação Nacional dos Escritores, um professor do Departamento de Letras da UnB e um professor do curso de Letras do Ceub. As comissões vêm trabalhando separadamente no julgamento dos trabalhos, tendo sido divulgados até o momento apenas os resultados das poesias. Os três primeiros lugares foram, respectivamente, "A mão do Aleijadinho", de Wilson Pereira; "Haceldama", de Viriato Santos Gaspar; e "A Jorge Luis Borges", de Geocyclan Rodrigues. Receberam menção especial 17 outros trabalhos. De acordo com o regulamento, os primeiros colocados em cada gênero receberão os seguintes prêmios: 1º lugar - Cr\$ 200 mil; 2º lugar - Cr\$ 150 mil; e 3º lugar - Cr\$ 100 mil cruzeiros. Graças ao patrocínio do Decanato de Assuntos Comunitários, todos os 20 poemas premiados deverão ser publicados pela Editora da Universidade de Brasília.

Dos três poetas premiados, Vi-

riato é funcionário público, trabalhando como agente administrativo no Tribunal de Justiça do DF; Wilson Pereira é aluno de pós-graduação e Geocyclan Rodrigues está na graduação, ambos pertencendo ao Departamento de Letras e Linguística da UnB.

O concurso, foi fruto apenas da iniciativa dos alunos. A participação dos professores e da chefia do Departamento se deu através da doação do material necessário à divulgação, além do "apoio moral". Também foram oficializados todos os documentos necessários para a realização de um evento dessa natureza. O chefe do Departamento, professor Danilo Lobo, explicou assim a intenção de não interferir na dinâmica de realização do concurso: "Acredito que seja importante para os próprios alunos que a responsabilidade por este concurso e por sua continuidade, fique em suas próprias mãos. Isso lhes dá uma vivência e prática importantes para sua formação profissional".

No momento, o Departamento não cogita a inclusão dessa atividade no seu programa de eventos, bem como a promoção ou realização de algum outro concurso de conto ou poesia. Os motivos para essa atitude não foram esclarecidos. Apesar disso, Danilo Lobo afirma: "o concurso foi de suma importância para a vida cultural da UnB".

Num período caracterizado pelo pouco, ou mesmo nenhum, estímulo oficial à produção cultural, uma iniciativa dessa natureza, além de promover o processo criativo, abre espaço e oportunidade para a democratização da cultura. No caso, da cultura literária.

Esta não tem sido, entretanto, a prática corrente. De acordo com o professor Ronaldo de Melo e Souza "quase toda a produção artística na Universidade hoje tem uma visão cientificista do conhecimento". É fato incontestável que o desenvolvimento do conhecimento só atinge sua plenitude quando permite que, ao lado do processo de memorização, exista também o processo da descoberta, da criação propriamente dita. Ou seja, repetição e descoberta devem caminhar juntas.

Para o professor Ronaldo, "a universidade não desenvolve, no seu próprio habitat, sua função básica que é a criatividade. Ela só tem se preocupado em pensar o já pensado". Existem muitos valores culturais que não se salientam, seja por simples descaso das autoridades competentes, ou por total falta de espaço. Num e noutro caso, o problema é o mesmo: valores e modos de pensar de uma classe dominante que tenta, por todos os meios, obstaculizar a criação e disseminação de idéias e atitudes de uma corrente de pensamento emergente.

Como disse Ronaldo, "esse concurso comprova que a produção cultural, mais precisamente a produção literária, é uma realidade qualitativa e quantitativamente irrefutável, apesar de ser descrita inúmeras vezes, por um sistema de valores elitista, como sendo inexistente ou até mesmo inexistentes".

Arte, ciência e universidade devem ser dinâmicas entre si a tal ponto que seja difícil estabelecer o limite entre uma e outra. A Universidade só cumpre seu papel e conquista sua liberdade quando se permite dar e receber cultura. Quando isto não ocorre mais ela deixa de ser um centro irradiador de vida. (Josué Benitz e Lilian Mandel)



Paulo Thiago debate o destino do cinema no Brasil

Saída para cinema está na televisão

"O Cinema é o único modelo alternativo na comunicação que desde 1964 tem mostrado o país como ele realmente é". Com essa frase Paulo Thiago, realizador do filme "Águia na Cabeça", iniciou debate realizado no Departamento de Comunicação chamando a atenção de todos para a necessidade de repensar a Comunicação Social do País.

Este ano, comemoram-se os 20 anos da "revolução" de 1964 e não se poderia deixar sem registro o desenvolvimento fatal pelo qual os meios de comunicação passaram, principalmente a TV, quando o regime optou claramente pela colonização do povo brasileiro, através de uma linguagem afastada do dia a dia da sociedade brasileira. Assim, o papel alternativo do cinema, de que falou Paulo Thiago, foi conseguido pelos próprios cineastas, sem apoio de qualquer parte do governo, mas, apesar dessa contribuição para a sociedade, o cinema passa hoje por uma grande dificuldade: a sua manutenção.

E na manutenção do cinema que entra a TV, como uma alternativa. Segundo Thiago, "é fantástico acreditar que as salas tradicionais tenham condições de manter o cinema: primeiro porque o número de salas é mínimo; seria necessário construir mais salas populares. Segundo, as televisões hoje estão colocando em horário nobre filmes hollywoodianos em grande número. Com isso, o nosso cinema enfrenta uma competição muito forte das telas televisivas."

SAÍDA

"A saída para o cinema está na modificação da legislação da TV", explica Thiago. "O que se quer não é a retirada dos filmes estrangeiros, mas que se limite sua entrada nas televisões e se abra um espaço para os filmes nacionais." A televisão e os vídeos-cassetes são o grande mercado do filme nacional, por

isso é preciso conquistar o espaço de participação. Nos Estados Unidos e países da Europa as emissoras de televisão têm importante papel na manutenção do cinema. As emissoras entram em co-produção com os cineastas e no fim do filme sai uma cópia para os cinemas, uma para ser rodada em TV e outra para o mercado de vídeo cassete. É lógico que as emissoras terão lucro em todos os mercados, seja na própria TV, como nos cinemas tradicionais e particulares. Mas o mais importante para nós, público e cineastas, é ver em grande escala o cinema nacional, que traz consigo a linguagem da sociedade brasileira, ocupando seu lugar nos meios de comunicação.

Para se ter uma idéia da importância do mercado de mídia eletrônica, hoje no Brasil temos 200 mil vídeos-cassetes particulares. Em cada sessão, no mínimo 5 pessoas assistem, formando então, em um ano, um público médio de 1 milhão de pessoas. Daqui a alguns anos, com o número de vídeo dobrando, teremos 2 milhões de público. Muitas vezes um público menor que o alcançado por um bom filme em cartaz por um ano nas salas tradicionais de cinema. Já está a importância da televisão na divulgação de nossos cineastas.

E preciso então, segundo Paulo Thiago, começar a discutir a mudança da legislação da TV. Mudar a comunicação social no País significa optar por uma comunicação mais ligada aos problemas nacionais, mais ligada à população brasileira. "Iniciando as discussões encontraremos uma saída. Isto é certo. O que precisamos é começar a discutir. Com certeza não será muito difícil já que estamos em tempo de transformações no País e a grande preocupação dos nossos representantes políticos é o retorno às raízes culturais". (Rejane Pretti)



A MÃO DO ALEIJADINHO para Bueno de Rivera

A pedra é bruta
A mão é frágil
mas a mão (de argila)
também é ágil
e sabe a arte
de moldar a pedra.

A mão, sendo pouca,
se instrumenta
a ferro:

Mão e formão se associam
e gestam profetas.

Os Profetas oram
um Ser'mão milenar.

Mão e formão
não cessam
não saciam
o Gênio, a gênese.

Há outras formas latentes

em seu espaço intimo:

Igrejas, Santos, Anjos
brotam do criador
dilacerado.

A carne é fraca
A pedra é forte
(e a carne
deve-se à terra
como a obra
e deve à mão)

E essa Mão
não se deforma
não morre essa Mão
essa Mão escorre
pelo formão
nas formas.

Essa Mão dura,
gêmea de sua arte,
enquanto durar a pedra.

Nicolau Elmoor



Uma atleta dedicada ao aperfeiçoamento

Edna, uma campeã de karatê

Cinco vezes campeã brasileira, Edna Regina Pereira Lima é considerada, pelos técnicos da seleção brasileira de Karatê, como uma das quatro melhores karatecas do mundo. A possibilidade de demonstrar sua capacidade num cenário internacional seria na 2ª Copa Mundial de Karatê em Budapeste neste mês de abril. Com a firmeza que a caracteriza na prática do esporte, Edna excursionou por rádios e TVs, em busca de patrocínio, e conseguiu as passagens aéreas, mas o Brasil já havia, ao lado de outros países, encerrado precocemente sua participação na Copa em protesto à inclusão da África do Sul no torneio.

A relação de Edna com o karatê começou aos doze anos. Vendo um treino, encantou-se pelos movimentos elásticos e ritmados dos atletas e, principalmente, pelas vestes, quimonos alvos e confortáveis. Convencer a mãe de sua vontade de possuir um daqueles foi fácil, mas ao decidir-se pelo esporte, ela teve que vencer a resistência inicial da família, que via no karatê a possibilidade de embrutecimento físico da adolescente. Desde então, uma conjugação de talento, esforço e determinação tem feito a história da atleta.

DISCRIMINAÇÃO

Ao longo de dez anos de opção pelo karatê, Edna tem enfrentado poucos momentos de discriminação. O ritmo dos treinamentos não é condicionado pelo sexo da atleta. Segundo ela, "O professor Testa tem uma preocupação em não machucar, mas quando tem que derrubar, ele derruba mesmo. Tanto que quando eu estive em São Paulo para integrar a seleção de karatê, os técnicos ficaram espantados, recomendando que eu treinasse mais moderadamente". Ela recebeu convites para permanecer em São Paulo, mas não aceitou porque considera leve o treinamento das karatecas paulistas, em razão de uma suposta fragilidade, condicionada pelo sexo.

Houve, no entanto, um momento em que ela se sentiu discriminada. No ano passado, a Federação Paulista solicitou aos estados a nomeação de seus campeões, para participarem, em Recife, do Troféu Brasil. Edna seria a representante de Brasília, mas como de todos os outros Estados foram designados atletas do sexo masculino, o Presidente da Confederação de Pugilismo não a deixou participar. As frustrações de exclusão do torneio e da não participação do Brasil no mundial de Budapeste foram superadas, e ela prossegue em sua determinação de aperfeiçoamento, treinando intensivamente, suprimindo a carne de sua alimentação e impondo-se uma disciplina de vida equilibrada. Em Edna, pacífica e feminina, o karatê assume nuances de esporte e paixão, e ela ainda mantém a esperança de que a Copa Mundial seja realizada numa outra data, em virtude do reduzido número (seis) de países participantes. **Marina Maria**

O INDEFESO CONSUMIDOR

Escândalos, contratos cancelados, tudo contribuiu para a condenação do órgão que, em quatro anos, procurou cumprir a sua função: proteger o consumidor. Reportagem de Afonso Cozzolino, Carlos Alberto Carvalho e Heloísa Helena.

Codecon está com seus dias contados

Nicolau Elmoor

Quantas vezes você, consumidor, já se sentiu lesado e não teve a quem recorrer? Quantas vezes você já comprou produtos mais caros por não saber qual o artigo da estação? Responder a questões como essas certamente não é uma tarefa fácil, mas evitar tais problemas tornou-se praticamente rotina a partir de 1979, quando a Codecon (Coordenadoria de Orientação e Defesa do Consumidor) foi criada. Essa rotina, no entanto, vai ser abalada agora, quando o órgão se vê ameaçado de ter o seu trabalho relegado a segundo plano, com reduções de verbas e pessoal, podendo até ser extinto.

Com as recentes mudanças no Ministério da Agricultura, ao qual a Codecon está vinculada, toda a estrutura da Coordenadoria começou a ser ameaçada. Houve o escândalo do BNCC, do Provárzeas, e a própria queda do ministro Amauri Stabile. Houve ainda a transferência da Cobal para o PTB, que não está se empenhando em manter os funcionários da Coordenadoria, que são em grande parte contratados por aquele órgão. Além disso, muitos desses funcionários eram diretamente ligados ao antigo ministro ou a altos funcionários do Ministério.

Mas os problemas não pararam aí: o Tribunal de Contas da União proibiu qualquer tipo de convênio para contratação de pessoal entre Ministérios e órgãos da administração indireta. E era justamente através de convênios desta natureza que os funcionários da Codecon vinham sendo mantidos. Algumas pessoas tinham contratos com a Cobal, outras com o BNCC, outras com o Provárzeas e assim por diante.

No início deste ano, como sempre acontece, houve um rearranjo para a renovação dos contratos, e tentou-se um convênio único com a Cobal. Enquanto esse convênio estava "saído", houve as mudanças no Ministério e a iniciativa foi "congelada". Com os contratos vencidos, os funcionários da Coordenadoria passaram a trabalhar sem vínculo empregatício, produzindo os mesmos programas e fazendo o trabalho de sempre.

Essa situação perdurou até o dia 28 de março, quando 16 chefes das sucursais de todo o país foram demitidos. Ai começou a se agravar a situação da Codecon. Jornais de todo o Brasil divulgaram o impasse vivido pelo órgão e as manifestações de



A Codecon estava começando a controlar os abusos dos comerciantes

apoio começaram a chegar.

No dia 30 de março, a Codecon parou em todo o país. A idéia partiu dos próprios funcionários, visando pressionar as autoridades competentes e tentar resolver o problema. Segundo o chefe de reportagem da Codecon em Brasília, Jocimar Nastari, ninguém "quis dar o tiro de misericórdia" na Coordenadoria, "pois ela é um órgão que encontrou simpatia junto à opinião pública. Por isso, a demora de uma resolução: a Codecon continua? Se continua, em que termos? Com quantos funcionários? Ninguém sabe ao certo o que pode acontecer".

A decisão está nas mãos do novo ministro, Nestor Jost, que até o final desse mês diz que dará uma solução definitiva. No momento, segundo o ministro, o que está se tentando é um reaproveitamento dos funcionários da Codecon em outros setores do Ministério. Quanto à Coordenadoria, é provável que ela passe a atender não mais

ao consumidor, e sim ao produtor, descharacterizando, dessa forma, todo o trabalho desenvolvido durante quatro anos.

"Mas valeu. A Codecon vai ficar como um marco, uma experiência nova que deu certo, apesar de uma série de dificuldades, falhas estruturais e problemas conjunturais. Mesmo com a Coordenadoria acabando, todos nós temos a certeza de que foi feito um bom trabalho. Nós vamos sair pela porta da frente do Ministério, e não pela dos fundos", conclui Jocimar Nastari. (Afonso Cozzolino e Carlos Alberto Carvalho)

Uma estrutura para atender à comunidade

A Codecon funciona em quatro praças (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre) e emprega cerca de 120 funcionários, entre economistas, nutricionistas, jornalistas e radialistas, que trabalham num regime semelhante ao de uma redação de jornal: há editores, chefes de redação, apresentadores, repórteres, redatores e pessoal de apoio técnico, que produzem, a partir de pesquisas de mercado e de denúncias dos consumidores, textos para jornal e programas para rádio e televisão.

Em quatro anos de existência, o serviço sempre procurou cumprir satisfatoriamente a sua função básica: proteger e orientar o consumidor. Só aqui em Brasília, antes de paralisar as suas atividades, a Coordenadoria contava com um programa diário na TV Nacional, uma entrada semanal no Programa Brasília Urgente, da TV Brasília, espaços nos principais jornais da cidade e entradas diárias em alguns dos principais programas de rádio da comunidade. Dessa maneira, o trabalho dos técnicos da Codecon atingia indistintamente a todas as classes sociais. (Afonso Cozzolino e Carlos Alberto)

Associações lamentam a extinção do órgão

O provável fim da Codecon está preocupando, e muito, as diversas entidades e associações que, de alguma maneira, tem o seu trabalho ligado à Coordenadoria. A Presidente da Associação das Donas-de-Casas do Distrito Federal, Yara Fonseca, acha necessária a existência de um órgão do Executivo que tenha a função de defender os consumidores, cuidando de seus interesses e pressionando os infratores. Para ela, a Codecon sempre cumpriu bem essa tarefa e é "uma pena" que o órgão esteja ameaçado.

"O consumidor tem que ser protegido e orientado em seus direitos e alguém tem que fazer isso". Esta opinião é de Joaquim Borges, Presidente do Sindicato dos Açucareiros do DF, que se mostrou favorável ao trabalho da Codecon junto aos consumidores. Segundo Borges, a Coordenadoria

auxilia não só o consumidor, como também o comerciante e o próprio Sindicato.

Para o Presidente do Sindicato dos Panificadores do DF, Glaucio de Castro Mello, a atuação do órgão junto aos consumidores e, particularmente aos panificadores é muito positiva, já que todas as irregularidades são rapidamente constatadas, comunicadas e resolvidas.

Glaucio Mello, manifestando a solidariedade da classe com os funcionários da Codecon, enviou ao Ministro da Agricultura um telegrama de apoio.

Essa atitude, aliás, tem sido uma constante no dia a dia da Coordenadoria, que nesse último mês, já recebeu mais de 100 telegramas, telex e telefonemas e cartas de apoio, pedindo a sua preservação nos atuais moldes. (Afonso Cozzolino, Carlos Alberto e Heloísa Helena Vieira).

Das matas do Xingu, o cacique dos Txucarramãe, Raoni, lidera a revolta contra o descaso dos funcionários da FUNAI.

A hora

Reportagem de
Jair Barbosa Jr., Luiza Modesto
e Diogo Neto



Os índios brasileiros reunidos no II Encontro das Lideranças Indígenas Brasileiras, nos dias 2 a 4 de abril, aqui em Brasília, reivindicaram a "imediata" retirada do presidente da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) Otávio Ferreira Lima. Segundo afirmou o deputado Mário Juruna, que presidiu a abertura do Encontro na Sala da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, "os índios querem um homem que conheça o problema do índio", referindo-se ao impasse nas negociações entre o órgão e os seus tutelados no caso do conflito no Parque Nacional do Xingu.

No documento que foi enviado ao Palácio do Planalto, os índios afirmam que Ferreira Lima "não tem correspondido às ansiedades dos indígenas, que são, principalmente no Tocantins, a demarcação de terras e a harmonia com os demais brasileiros".

NO XINGU

A situação entre os índios e fazendeiros no Parque Nacional do Xingu agravou-se quando o presidente da FUNAI não atendeu a solicitação dos índios para participar de uma reunião com o propósito de pacificar o conflito. Em resposta, os Txucarramãe permaneceram firmes na interdição da estrada BR-080, que corta o Parque e na apreensão da balsa utilizada pelos fazendeiros como transporte.

"O governo não pode ceder à pressão dos índios, porque a questão é política, e um recuo, agora, se transformará

num futuro estopim" foi o que advertiu o presidente da Associação dos Fazendeiros do Parque Nacional do Xingu, em depoimento ao jornal O Estado de S. Paulo. Alega o fazendeiro que "os índios já ganharam 500 mil hectares no limite Sul do Parque, em 1968, e agora quero uma área ao Norte, de 200 mil alqueires, onde existem quase 80 fazendas e cujos proprietários já tiveram prejuízos incalculáveis com a retenção de balsa e o bloqueio da rodovia (080) pelos Txucarramãe".

No documento enviado ao presidente Figueiredo, os índios sugerem uma lista triplíce de nomes de suas confiança para ocupar o cargo de presidente da FUNAI: o jurista Dalmo Dallari, o antropólogo Carlos Moreira Netto e o ex-superintendente da FUNAI Pedro Paulo Fantorelli.

DEMARCAÇÃO

Outro ponto de debates do Encontro foi com relação ao problema da demarcação das terras indígenas que, segundo o Estatuto do Índio, já deveria estar concluída em 1978.

A situação dos 200 mil índios brasileiros, o que restou da população de sete milhões quando da descoberta do Brasil, e em particular a questão da votação neste momento do novo Código Civil, no qual os índios passam a ser considerados "absolutamente incapazes", foram debatidos e propostas de "luta" foram levantadas neste encontro, que contou com a participação de 450 representantes das nações indígenas do Brasil.

Massacre: quem se responsabiliza?

Dos milhões de membros que constituíam a população indígena brasileira, hoje restam apenas 200 mil, espalhados em todo território nacional. Este fato demonstra que os índios têm cada vez menos motivos para festejar o seu dia, comemorado nacionalmente em 19 de abril. O que tem acontecido com a comunidade indígena? E qual tem sido a posição do governo diante desse massacre quase que institucionalizado?

Primeiro, surgiu o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado nos anos 20, sob a direção do Marechal Cândido Rondon e que tinha por meta a defesa das nações indígenas, a demarcação de suas terras e a integração do índio na comunidade brasileira. "De 32 a 40, o SPI começa a degradingolar, a não ter dinheiro. Então Rondon acha que a

grande solução é arrendar as áreas já demarcadas. E foi isso que ele fez", lembra Ailton Krenak, diretor de publicações da União das Nações Indígenas (UNI).

Com os anos, o SPI torna-se um órgão inoperante e abarrotado de "funcionários fantasmas". Em 1967 o SPI deixa de existir, dando lugar à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a qual cabe promover o respeito às instituições e a própria pessoa do índio, a preservar o habitat e a cultura indígena, a defender os silvícolas no caso de conflitos e tensões além de garantir aos índios o direito permanente às suas terras que por sinal é ditado pela Constituição, no artigo 198: "terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e fi-

cando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes."

Ainda em defesa dos índios foi criada a lei 6001 em 19 de dezembro de 1973, mais conhecida como o Estatuto do Índio, que estabelece, entre outras coisas, a demarcação de todas as terras indígenas num prazo de cinco anos. Hoje, passados onze anos da criação da FUNAI, somente 20% das terras foram efetivamente demarcadas. "O problema de terras, no Brasil, é muito sério. O índio acaba sendo o ponto mais fraco. Ele tem suas garantias, mas elas não são usadas de verdade. O que está na Constituição não é respeitado", explica Ailton Krenak. Grileiros, posseiros, garimpeiros, grandes proprietários de terra também reivindicam

as áreas dos índios, tornando-se evidente o velho problema fundiário deste grande país.

A INVASÃO

A complacência e o próprio aval da FUNAI incentivaram os bem sucedidos fazendeiros a invadirem, destruir e massacrarem tribos, cujas áreas já haviam sido delimitadas por lei. Nações como a Waimiri/Atroari e Matis do Amazonas. Também do Pará e Krikati do Maranhão tiveram suas terras invadidas, diminuídas, loteadas e até transferidas. O número de silvícolas que habitavam o território brasileiro foi drasticamente reduzido depois do contato com o homem branco, que trouxe doenças até então inexistentes nas tribos. Surto de gripe e tuberculose transformaram comunidades indígenas, outras numerosas, em poucas centenas de pessoas que lutavam para sobreviver e conservar o que ainda restava dos seus costumes e tradições.

O descaso com o qual a FUNAI vem tratando o problema de terras, faz com que muitas tribos entrem em conflito com os diversos

e a vez do índio

grupos que ocupam suas terras. Mais recentemente vimos o caso dos índios Txucarramãe. Eles exigem que uma faixa neutra de 15 quilômetros, entre fazendas e o Parque do Xingu, venha a fazer parte de sua área. Os fazendeiros da região estão de acordo em ceder uma parte de suas fazendas, legalmente tituladas, para que essa faixa neutra passe a existir de fato, evitando, assim, conflitos. Raoni, chefe dos Txucarramãe, espera pelo atendimento dessa reivindicação há 13 anos. A gota d'água veio com o não cumprimento da promessa do atual presidente da FUNAI, o economista Otávio Ferreira Lima, em comparecer à reunião marcada com o chefe dos Txucarramãe para discutir a concretização de sua reivindicação.

Uma série de leis e decretos-lei foram editados em 1983, opondo-se frontalmente à Constituição, no sentido de dificultar e impedir que a demarcação das áreas indígenas sejam levadas a cabo, como também a sua defesa. O decreto-lei número 88.118/83 retira a exclusividade da FUNAI de demarcar as terras de seus tutelados, passando este encargo a um "Grupo de Trabalho" formado pelo Ministério do Interior, Ministério para Assuntos Fundiários, governo estadual, a FUNAI e qualquer outra pessoa interessada, exceto o próprio índio. Ou seja, burocratiza-se um processo que já era conhecido pela sua morosidade passando a permitir a intervenção de pessoas que estão pouco preocupadas com os problemas dos índios, suscitando dúvidas sobre a intenção destes em defender os direitos indígenas, assegurados pela Constituição.

Projetos como o do deputado federal João Batista Fagundes (PDS-RO), membro da Comissão do Índio, visando a emancipação compulsória dos silvícolas, significa a cassação dos direitos definidos pela lei, inclusive o da posse da terra. Acrescenta-se a isto a Exposição de Motivos 55/83, que regulamenta a intervenção da Polícia Militar e da Polícia Federal em caso de conflito ou tensão envolvendo índios. Se alguma empresa mineradora entrar nas terras já demarcadas, para exploração e extração de minerais, estas podem recorrer à polícia para defender os seus interesses. Esta avaliação foi feita pelo governo do presidente Figueiredo através do decreto 8985/83, o qual oferece às empresas ditas "brasileiras" de exploração mineral as terras indígenas de mão aberta. Na opinião de Ailton Krenak, "o governo e os interesses econômicos nacionais e internacionais têm consciência da existência de riquezas no subsolo indígena e vêem nas leis de defesa dos índios um empecilho para a concretização de seus interesses."

A elaboração do novo Código Ci-

vil traz uma modificação peculiar. O Artigo 3 do projeto, que deve ir à votação agora em abril, torna os índios absolutamente incapazes, exatamente como os dementes e as crianças. De tutelados, com poder de intervenção em decisões que lhes digam respeito, eles passariam a ser exclusivamente representados pela FUNAI sem direito a reclamações. Para a vice-presidente da Comissão Pró-Índio de São Paulo, professora Manuela Ligetti Carneiro da Cunha, "este é um dispositivo racista, através do qual uma etnia mais poderosa degrada arbitrariamente as etnias que dominou."

A discussão desse artigo 3 do Código Civil foi um dos temas da pauta do II Encontro Nacional de Povos Indígenas Brasileiros, que se realizou, em Brasília, na primeira semana de abril, pondo a luz do dia os problemas que afligem as diversas nações indígenas. Como foi dito no encontro, essas leis e projetos de lei visam camuflar a legalização de massacre que vem sendo feito aos povos silvícolas. Em defesa de sua sobrevivência, afluíram à Brasília 450 índios representando a grande maioria das nações indígenas do Brasil.

Dentro de um processo mais amplo de redemocratização do país, se insere o projeto do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), dispondo que a FUNAI seja administrada por um Conselho Diretor composto por pessoas apontadas pelas comunidades indígenas e que sejam criados Conselhos Indígenas para a fiscalização da administração. Mas como

diz Ailton Krenak, um dos responsáveis pelo encontro, "a mudança de estrutura da FUNAI, com o sistema que está aí, não vai adiantar muito. Mas dentro de um processo mais amplo de redemocratização do país — o povo está querendo eleger o seu presidente, essa mudança pode surtir bons efeitos para a comunidade indígena —, pois as duas vão caminhar juntas."

"O problema de terras, no Brasil, é muito sério.

O índio acaba sendo o ponto mais fraco. Ele tem suas garantias, mas elas não são respeitadas"



Na face do jovem índio, a tristeza por séculos de opressão

Senado veta discussão de reforma agrária

"A solução dos problemas indígenas depende da solução global da questão agrária, ou seja, da mudança radical da estrutura fundiária". Esta foi a afirmação de Carlos Ubiatti, vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), no lançamento da campanha pela Reforma Agrária em Brasília, realizado no dia 3 de abril, às 16 horas, no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag).

De última hora, a direção do Senado Federal negou permissão para que se realizasse no auditório Petrônio Portella, o lançamento nacional da campanha. A solenidade foi então transferida para o prédio da Contag. A alegação da mesa do Senado — onde o PDS tem maioria — foi de que o auditório e as demais dependências daquela Casa não deverão ser utilizadas para quaisquer manifestações públicas até a votação da Emenda Dante de Oliveira, no dia 25 de abril. Augusto Silveira de Carvalho, presidente do Sindicato dos Bancários, argumentou que o veto à utilização do auditório Petrônio Portella comprova o compromisso do PDS com os grandes latifundiários no País.

LANÇAMENTO

No lançamento da campanha, estiveram presentes as seguintes entidades: Con-

tag, Associação Brasileira pela Reforma Agrária (Abra), Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), representantes de várias outras entidades nacionais e de Brasília, além de cerca de 30 deputados do PMDB, PDT e PT. O plenário da reunião foi composto por 21 delegações de sindicalistas rurais de todo o País, ficando o auditório completamente lotado.

Após a leitura da relação de aproximadamente 100 trabalhadores rurais e líderes sindicais assassinados, vítimas do conflito em torno da terra, fez-se um minuto de silêncio em homenagem a eles. O evento prosseguiu com o pronunciamento de várias entidades parlamentares presentes, numa vinculação constante dos temas da democratização política no País com a democratização da terra, da Reforma Agrária Já e Diretas Já.

EXÓDO RURAL

O problema do exódo rural foi ressaltado por Carlos Lorena, da Associação Brasileira pela Reforma Agrária (Abra), sendo entendido como consequência da concentração da terra, o que contribuiria para o crescimento do desemprego e da marginalidade nas cidades. "O camponês que vai para a cidade vira bóia-fria", afirmou o representante da Abra.

Esteve também presente ao lançamento o representante dos povos indígenas, Alvaro Tucano, que afirmou: "O índio está nesta terra há mais de 2 mil anos e, desde então, já havia uma Reforma Agrária, feita pela natureza". Lembrou ainda que os índios estão exigindo a coletivização das terras. Apenas um terço das terras indígenas estão demarcadas, sendo que o restante se encontra em clima de conflito.

CAMPANHA NACIONAL

A campanha pela Reforma Agrária lançada nacionalmente no Rio de Janeiro, em abril de 83, já foi desencadeada em 11 Estados. Segundo Herbert José de Souza, representante do Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase), a campanha tem como principal meta trazer o problema fundiário aos grandes centros urbanos, visto que a população rural é dispersa e que a questão agrária deve ser de interesse de toda a sociedade, na medida em que redefine a distribuição da terra e da renda e ainda amplia o mercado interno.

Em Brasília, a campanha pela Reforma Agrária tem a peculiar tarefa de sensibilizar, além da população, o Congresso Nacional, já que uma mudança radical da estrutura fundiária depende da decisão política. (Silvana de Freitas e Aparecida Timboni)

Eleições em El Salvador

Apoio dos EUA aumenta tensões

A disputa eleitoral em El Salvador continua provocando controvérsias. O *Campus* colheu depoimentos de diplomatas preocupados com a questão.

Disputando como favorito a presidência de El Salvador, no segundo turno da eleição a ser realizado dia 6 de maio, Napoleón Duarte terá como adversário o direitista Roberto D'Aubuisson, conhecido por suas ligações com esquadrões da morte. Falando ao *Campus* sobre as eleições em seu país, o Embaixador salvadorenho no Brasil, Gustavo Morales, não quis comentar as chances dos dois candidatos no segundo turno: "Como Embaixador não estou em condições de emitir qualquer opinião contra ou a favor dos participantes na eleição". Não obstante, o embaixador Morales disse acreditar que, se eleito, o democrata-cristão Duarte deverá "continuar as reformas comercial, bancária e agrária iniciadas quando presidiu El Salvador de 1980 a 1982".

As eleições presidenciais em El Salvador estão sendo realizadas em meio à guerra civil que divide aquele país centro-americano, por pressão do governo dos Estados Unidos, que está enviando sistematicamente ajuda militar e econômica para o atual governo salvadorenho.

O embaixador Morales, porém, prefere qualificar como "assistência ao seu país", o apoio que está sendo dado pelos Estados Unidos. Enfatiza o embaixador que "cada país tem a liberdade de escolher o governo que quiser, mas o que não admitimos é que o governo nicaraguense interfira em nosso país, através de assistência em armas à guerrilha. O governo de El Salvador não está ajudando a guerrilha da Nicarágua; eles deveriam fazer o mesmo".

OLIGARQUIA

O Ministro Conselheiro da Embaixada da Nicarágua, Neville Cross, vê uma oligarquia em El Salvador, num regime exclusivo de dominação, que os Estados Unidos sustentam enviando ao exército salvadorenho 70 a 80 milhões

em armas, a cada ano, impedindo a luta pela liberdade de um povo. Também nega o fornecimento de armas por parte da Nicarágua, com a ajuda da União Soviética, à guerrilha em El Salvador. "Nós escutamos normalmente um confronto leste-oeste que trata de ocultar o verdadeiro conflito de nossos povos que é um conflito norte-sul. Nossa luta contra a ignorância, a pobreza e em favor da saúde está intimamente ligada às injustas relações norte-sul". O governo da Nicarágua reclama o direito de ter um bom preço para seus produtos, com a liberdade de compra e venda, e contratar empréstimos a taxas de juros justas. "Representamos uma grave ameaça a política de ocupação dos Estados Unidos, pois eles não aceitam que em seu quintal se desenvolva uma teoria de autodeterminação e de soberania. Os Estados Unidos estão fazendo tudo nos campos econômico, político, militar e social, para que não se desenvolva essa Bandeira de soberania e determinação. Dentro desse contexto é que criamos uma crença na América Central, com o fim de manter os princípios revolucionários contra essas ameaças".

SOBERANIA VIOLADA

Em nota fornecida ao *Campus* pelo Adido de Imprensa Donald Hauger, os EUA deixam claro que apóiam o processo eleitoral em El Salvador como um passo no processo de reforma nesse país. Afirma que desde 1979, a União Soviética vem encorajando os partidos comunistas da América Central a apoiarem as táticas cubanas de "lutas armadas" e que a ajuda soviética tornou possível o apoio cubano ao extremismo nicaraguense e a violência em outras partes.

"Estamos enfrentando uma situação na qual Cuba e Nicarágua têm concreta e repetidamente violado a soberania de El Sal-

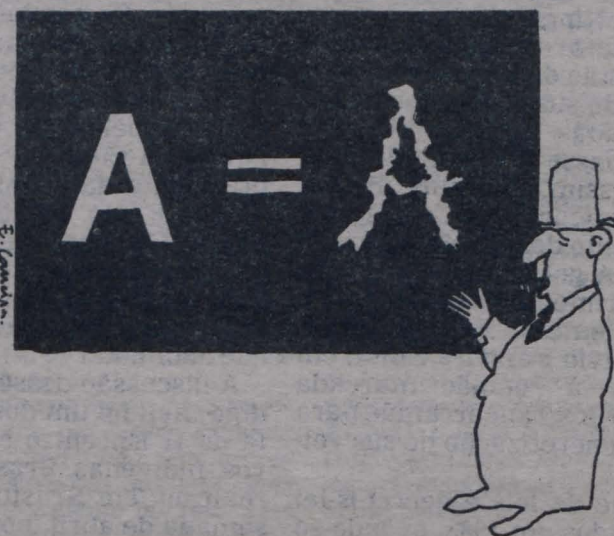
vador. Esses países, em seu apelo por uma revolução sem fronteiras na América Central, demonstram seu desprezo pela soberania nacional. Ajudando a apolar o governo de El Salvador, a pedido, estamos apoiando a idéia de soberania nacional contra interferência externa armada. Nossa política com respeito a Nicarágua concentra esforços no sentido de acabar com o apoio nicaraguense às forças guerrilheiras em El Salvador, ajudando desse modo, a manter a soberania salvadorenha.

REFORMAS COSMÉTICAS

"Com o objetivo de enfraquecer a ação da guerrilha em El Salvador, o governo de Reagan procura fazer naquele país reformas chamadas cosméticas, nas esferas bancária, comercial e agrária. Essas medidas são de caráter superficial e em nada modificam o quadro de injustiça social que impera atualmente", diz Carlos Conde, comentarista de política internacional.

Para os Estados Unidos, as eleições salvadorenhas representam a democracia e são capazes por si só de resolver todos os problemas encontrados em El Salvador. Conde questiona esse estado aparente de democratização, onde não há partidos representativos da guerrilha no processo eleitoral e a intervenção do governo Reagan ocorre até na escolha dos ministros salvadorenhas.

"As mudanças necessárias em El Salvador, que culminariam no fim da guerrilha, dificilmente serão obtidas com o democrata-cristão Napoleón Duarte". E Conde finaliza: "Essa transformação só acontecerá com a alteração do status quo existente, em que a população — maioria camponesa — é dirigida por uma oligarquia de 14 famílias, que governa El Salvador como se fosse uma grande fazenda de sua propriedade. (Lourdes Tavares e Maria Amélia)



Colégio de Reagan não é igual ao nosso

O professor David Fleischer, do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UnB, ao comentar os processos de sucessão presidencial do Brasil e Estados Unidos, fala de "similaridades aparentes". É que, tanto aqui quanto lá na terra de Bob Dylan os candidatos à presidência da república são indicados em convenções partidárias e encaixados no poder por um colégio eleitoral. Além disso, em algumas partes dos Estados Unidos, os processos que levam à indicação de um nome na convenção são semelhantes aos nossos. Entretanto, segundo o professor Fleischer, as similaridades acabam por aí. Das aparências nem é bom falar.

Desta forma o professor contesta aqueles que se baseiam no processo sucessório americano para defenderem o modo brasileiro de escolha do presidente, dando-lhe roupagem de legitimidade.

ESCOLHA INFELIZ

Gláucio Ary Dillon Soares, professor de Sociologia e de Estudos Latino-Americanos da Universidade da Flórida, em crítica para a *Folha de S. Paulo*, escreveu que a escolha do colégio eleitoral americano como justificativa do nosso "é particularmente infeliz porque, por um lado, trata-se de uma instituição que é muito criticada nos Estados Unidos e que poderá vir a ser abolida em breve e, por outro lado, de uma instituição que só tem em comum com a brasileira o nome e os defeitos".

O PROCESSO AMERICANO

Até mesmo um cidadão que não esteja vinculado a qualquer partido pode, ao menos teoricamente, disputar as eleições presidenciais americanas. Para isso, basta que os eleitores escrevam o seu nome no formulário de voto. Na prática, porém, somente os grandes partidos tem possibilidade de eleger um presidente. Na maioria dos Estados o Processo se inicia com as eleições primárias, que cada partido realiza para escolher os delegados às convenções nacionais. Em alguns Estados, porém, os delegados são escolhidos pelas assembleias ou convenções partidárias, como no caso brasileiro. As primárias obedecem regras que variam de Estado para Estado e de partido para partido. Para que um candidato possa concorrer às primárias basta que faça uma petição endossada por um número mínimo de assinaturas ao partido.

Nas convenções nacionais, realizadas após as primárias, são escolhidos os candidatos definitivos à presidência. No dia da eleição presidencial, os eleitores, além de votarem para presidente, estarão escolhendo também os 538 delegados que integrarão o colégio eleitoral. A delegação por Estado é sempre igual ao seu número de congressistas. Ao contrário do que acontece no Brasil, a constituição americana proíbe a participação de parlamentares no colégio eleitoral. Esse colégio elegerá oficialmente, em data posterior, o Presidente da República. (Adalberto Passos)

A difícil retomada do crescimento

A retomada do crescimento econômico só será possível quando for saldada a dívida pública do país. Dessa certeza, compartilham o técnico do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), economista José Luiz, o ex-ministro da Indústria e Comércio e membro da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados, deputado Pratiní de Moraes (PDS-RS); e o professor de conjuntura econômica e economia brasileira, José Antônio Sant'Ana, da UnB. Alguém terá de bancar o "déficit" público, calculado em cerca de 22 trilhões de cruzeiros.

Os surpreendentes resultados verificados na indústria no início do ano, não são suficientes para apontar uma reversão do ciclo recessivo. Para o técnico do CDI, no entanto, os índices positivos da indústria representam um dado importante, na medida em que o setor, sobretudo na indústria de transformação, vinha obtendo resultados negativos desde 1981. Os indicadores da produção industrial por classe e gêneros da indústria de janeiro/84 divulgados pela Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), demonstram que os resultados positivos estão mais relacionados aos setores da indústria voltados para exportação.

O economista do CDI considera que, dentre as possibilidades de fontes de crescimento, dois itens figuram como mais prováveis: o aumento da demanda externa e o aumento da receita no setor agrícola em 83. No mercado interno, este setor foi um dos poucos a conseguir manter, ou mesmo ampliar, seu poder de demanda. A inflação, o achatamento salarial, os juros altíssimos e as crises de liquidez inibiram o potencial do mercado interno, principalmente nos centros urbanos. Dessa maneira, a política econômica do governo está sentada no mercado externo, devido inclusive, à necessidade de ajustamento na balança de pagamento.

O deputado Pratiní de Moraes, ministro do governo Médici (em pleno período do "milagre econômico"), critica o excesso de gastos e o dirigismo estatal e os aponta como responsáveis pelo quadro recessivo. O deputado ressalva o papel positivo do governo em sua gestão no MIC, no fomento à industrialização. Em sua opinião, a participação do Estado deveria se limitar à concessão de incentivos à iniciativa privada. Considera, também, que os índices de crescimento verificados na indústria têm boa perspectiva de se manterem, mesmo com inflação. Para ele, a influência da agricultura foi maior que as exportações nos resultados do setor industrial.

A Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, como todo órgão do legislativo, tem uma margem de atuação limitada. Ela funciona como o poder político junto às empresas, principalmente em defesa de nossos produtos em outros mercados. O deputado defende a ampliação do poder de decisão do legislativo em matéria econômica.

O professor Sant'Ana considera que, a se manter um aumento na demanda do mercado externo, por um período mais prolongado, há a possibilidade de um reaquecimento na economia. De qualquer forma, é muito cedo para se prever se isto é uma tendência ou uma breve variação. Para o professor, a meta proposta pelo governo no saldo da balança comercial é possível e, se alcançada, poderá realimentar a dinâmica da economia interna. Sant'Ana não concorda com o deputado quanto à necessidade do governo deixar de intervir na economia. "Pelo menos no atual contexto, isto é completamente inviável".

O crescente endividamento do país junto aos bancos internacionais foi feito sem que se dirigisse o capital que entrava para empresas voltadas para exportação, o que seria uma contrapartida à futura saída de capitais (como ocorre hoje) para pagamento das dívidas externas. Dessa forma, o crescimento só baseado em exportações não significa pagamento da dívida pública. O Estado, só com a arrecadação não conseguirá pagar essa dívida contraída através da emissão de ORTNs, (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) e LTNs (Letras do Tesouro Nacional). (Cid Queiroz)

Comitê Pró-Diretas

Vigília Cívica para Votação da Emenda Dante

Nicolau Elmaor

25 de abril. "Dia Nacional de Vigília, com paralisação das atividades em todo o país para acompanhar a discussão e votação da Emenda pela eleição direta". Esta foi a principal decisão tomada pelo Comitê Suprapartidário Nacional Pró-Diretas, referendada em reunião Plenária, no último dia 5.

De imediato, a decisão repercutiu. Começou entre os sindicalistas e estudantes que lotavam a reunião. Aos gritos de "greve geral, greve geral", aprovavam a paralisação. No dia seguinte, políticos do Governo classificavam a decisão de "uma insensatez". Os governadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas e outros políticos opositoristas também reagiram à deliberação do Comitê, argumentando que ela dividia o movimento em favor das eleições diretas. Os empresários, também condenaram a decisão. Nem todos. Dilson Funaro, presidente da Trol, comentou à imprensa: "Se o Brasil pode parar para ver a Copa do Mundo, por que não fazer o mesmo para demonstrar a vontade do povo em reencontrar seu destino democrático?"

O coordenador geral da CUT — Central Única dos Trabalhadores, — entidade pertencente ao Comitê Nacional Pró-Diretas — Jair Menegelli, indagado pelo Campus sobre as perspectivas de adesão à paralisação, afirmou que "entre os trabalhadores é grande a disposição de luta, evidenciada pelo sucesso da operação tataruga, que mobilizou milhares de metalúrgicos do ABC". Justificando a decisão, o líder sindical enfatizou "outras formas de luta devem ser utilizadas para que a vontade soberana da Nação seja respeitada. Esse poderoso instrumento de luta, para atingir seus objetivos, deve contar com a participação efetiva das entidades-membros do Comitê na greve geral".

MOVIMENTAÇÃO EM BRASÍLIA

No Congresso Nacional, verifica-se nos



Comitê Nacional Pró-Diretas decide greve nacional dia 25

últimos dias intensa movimentação. Vereadores, prefeitos, deputados estaduais, estudantes e sindicalistas percorrem os gabinetes dos congressistas, fazendo o "lobby" em favor das diretas. Um vereador paranaense, confiante, assegurava que "os votos que faltam para completar os 2/3 necessários à aprovação da Emenda Dante seriam conseguidos por essa pressão exercida pelas bases eleitorais até o dia da votação".

O Comitê Pró-Diretas de Brasília, em reunião dia 9, resolveu mudar o local do comício que fará realizar dia 24, véspera da votação da Emenda Dante. Será nas imediações da Torre de TV, por ser um local autorizado pela Secretaria de Seguran-

ça do DF para realizar manifestações, além de dispor de melhores condições técnicas. Temia-se que o Comando Militar do Planalto reprimisse a manifestação na rampa do Congresso.

Alguns artistas já confirmaram a presença no Comício de Brasília: Chico Buarque, Fafá de Belém, Dina Sfat, Martinho da Vila. Espera-se nos próximos dias a confirmação de outros, além da participação das principais lideranças opositoristas. As despesas com o palanque, equipamento de som, transporte e divulgação foram avaliadas em 15 milhões, que serão cobertos por contribuições de entidades sindicais e empresários de Brasília. (Márcio Araújo)

PDR: o partido alternativo?

Um novo partido -liberal conservador, algo como o antigo PP está em vias de se concretizar. A idéia não é nova, mas ganhou corpo no movimento dissidente pró-diretas do PDS, em grande parte disposto a engrossar a nova agremiação junto com setores do PMDB e do PTB. Está em jogo de imediato o lançamento de um candidato para presidente da República, no bojo de um programa político e econômico "capaz de enfrentar a profunda crise mediante o consenso de parcela representativa da sociedade", conforme deseja o deputado Paulo Lustosa, do grupo pró-diretas do PDS.

Segundo este parlamentar aureliano, a reformulação da estrutura partidária "será uma acomodação natural, pois a estrutura atual não consegue mais representar os vários segmentos da sociedade. A nível do PMDB, essa mudança se dá por uma razão estrutural. O pluripartidarismo não abriga frentes políticas, sem uma clara linha doutrinária e pragmática". Prevendo a implosão do PMDB, Lustosa garante que "os parlamentares da linha do governador Tancredo Neves aguardam ansiosamente o momento de criar o novo partido. Já no PDS, o pessoal insatisfeito com as candidaturas de Paulo Maluf e Mário Andreazza deverão aí se incluir. "O deputado Albérico Cordeiro, líder do grupo pró-diretas do PDS, admite a dificuldade de convivência de seu grupo dentro do PDS e que "alguns deputados do pró-diretas o vêem como núcleo de um novo partido".

As origens da dissidência no PDS estão relacionadas ao crescente descontentamento com a política econômica do governo. Um parlamentar situacionista acha que o ceticismo quanto à possibilidade de o Governo reverter a crise econômica tem corrido para que deputados e senadores pedessistas, pressionados por suas bases eleitorais, prefiram apostar na criação do novo partido. Esta agremiação garantiria aos seus membros originários do PDS a sobrevivência eleitoral nas disputas regionais com adversários do partido do Governo.

Aureliano Chaves é visto como a liderança capaz de unificar os setores do PDS interessados em ingressar no novo partido. Já entre os opositoristas, teria de disputar com Tancredo Neves a indicação para concorrer ao cargo de presidente na sucessão. O vice-presidente se mantém reservado quanto a sua candidatura no novo partido, provavelmente aguardando a evolução dos acontecimentos, que definirão suas chances na Convenção do PDS.

Se é certa a determinação em organizar o novo partido, sua chance de lançar candidato próprio no próximo pleito para presidente dependerá da obtenção junto ao TSE do registro definitivo, cuja tramitação demora no mínimo um ano.

Os articuladores do novo partido têm um caminho capaz de contornar as dificuldades para obter o registro definitivo e assim lançar seu candidato. A sigla PDR - Partido Demo-

crata Republicano -, iniciativa dos herdeiros do ex-vice presidente Pedro Aleixo, já conseguiu o registro provisório, faltando pouco para que receba o registro definitivo. Pegando "carona" nessa sigla, estaria aberta a possibilidade de entendimento visando indicar à sucessão presidencial um candidato através do PDR. O grupo pró-diretas contratou o advogado para fazer um estudo minucioso sobre a probabilidade jurídica de lançar candidato dispondo apenas de registro provisório.

A proposta de Emenda Constitucional do grupo pró-diretas, que será votada em seguida à Emenda Dante de Oliveira, prevê o fim do instituto da fidelidade partidária, bem como da perda de mandato de parlamentares que venham a votar contrários à orientação da direção partidária. Se essa Emenda for aprovada, novas alternativas de negociação serão abertas, e os parlamentares descontentes do PDS poderiam votar num candidato lançado pela Oposição.

A opinião do senador Odacir Soares reflete o ceticismo reinante em outras correntes do PDS quanto a rápida formação do novo partido: "descarto a chance desse partido vir a se formar antes da escolha do próximo presidente. Mas acredito no seu futuro". De fato, a sua perspectiva "moderada" lhe dá chances de aglutinar amplos setores que hoje estão na oposição. "É a natural afluência à imanência do Poder" diz o Senador Soares. (Márcio Araújo, Lêda Sampaio e Denise de Roure)

MANDIOCA

Novo uso para uma velha raiz

Todo o país ainda se lembra da terrível matança de pintos ocorrida o ano passado, devido a quebra na safra do milho, o que obrigou o Brasil a importar 1 milhão de toneladas do produto. Essa importação custou ao país, nada menos do que 150 milhões de dólares.

Mas o Brasil não precisaria importar milho, em caso de quebra de safras. Ao contrário, poderia continuar exportando o produto e, ao mesmo tempo atender ao mercado interno, caso fosse dada a devida atenção ao projeto de aproveitamento da mandioca na alimentação animal, desenvolvido desde 1976 pelo CPAC — Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados, vinculado à EMBRAPA. Quem está coordenando as pesquisas é o especialista em nutrição animal, João Luis Homem de Carvalho.

VANTAGENS

O Brasil produziu em 1983, 20.165 milhões de toneladas de milho, para uma demanda estimada em 22.700 milhões. Além disso, afirma João Luis, o milho é um alimento nobre, de difícil e cara produção, e que deveria destinar-se sobretudo à alimentação humana.

Por outro lado, o Brasil é o maior produtor mundial de mandioca, tendo produzido 22 milhões de toneladas no ano passado, e conta ainda com a vantagem de ser uma cultura adaptada tanto no Nordeste como na Amazônia e nos Cerrados.

DESPERDÍCIO

João Luis explica que a planta é composta das raízes, ricas em amido, porém pobres em proteínas; e da parte aérea (hastes e folhas), rica em proteína, carboidratos, vitaminas e sais minerais, e que serve também para o consumo humano. Essa mistura constitui-se em uma ração de excelente valor nutritivo para animais bovinos, caprinos, ovinos, suínos e aves.

Cerca de 18 milhões de toneladas da parte aérea são desperdiçadas como restos culturais, já que apenas 20% é utilizada para o replantio e uma pequena parte é empregada "in natura" na alimentação animal. Para o pesquisador, o aproveitamento dessa ração desperdiçada desafogaria muito o consumo do milho e a crise atual de alimentação, caso houvesse interesse em estimular uma política de incentivo às técnicas do aproveitamento da mandioca e da sua crescente substituição para o milho na ração animal.

ALIMENTAÇÃO HUMANA

A mandioca, já cultivada pelos índios para o fabrico de bebidas, mesmo antes da chegada dos portugueses, consumida sob a forma de farinha, representa mais de 50% da base alimentar da população nordestina de baixa renda.

Com a retirada do subsídio do trigo, a farinha de raspas e fécula de mandioca são vistos como os produtos mais viáveis para complementar a farinha panificável, podendo ser acrescentado 15% à

farinha do pão francês e até 20% no fabrico de macarrão, pão de forma e outros, sem qualquer alteração substancial da qualidade.

A cultura da mandioca tem um sentido social muito importante para João Luis porque "fixa o homem no campo e o seu incentivo viria a beneficiar pequenos e médios produtores por ser uma cultura simples que requer pouca mecanização".

COMBUSTÍVEL

A mandioca contribui ainda na indústria de vários derivados, especialmente o álcool etílico e sua utilidade atinge também a indústria têxtil (engomagem de tecidos), de adesivos e produtos farmacêuticos.

Se um por cento do território nacional fosse cultivado com mandioca para conversão em álcool, o volume produzido seria suficiente para substituir o combustível hoje utilizado em veículos no Brasil.

A conversão da mandioca é até mais economicamente viável do que a da cana-de-açúcar. Em São Paulo, já existe um centro empenhado na produção do álcool pela mandioca, onde estudos estatísticos demonstram que se gasta menos energia com a produção (processo de conversão da mandioca através de enzimas) no fabrico de um litro de álcool, do que se gastaria para obter a mesma quantidade pelo processo de conversão da cana. (Walcymara Santiago e Ana Sampalo)



A mandioca é a base alimentar da população nordestina

Nosso minério pode pagar a dívida externa?

"O pagamento da dívida externa será tirado da nossa fronteira mineral, incluindo projetos como Carajás, Alcoa, Albrás, Valesul, Alcan e Serra Pelada", afirmou o engenheiro Luiz de Oliveira Castro, presidente do IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração), um dos participantes no seminário sobre "A Política Mineral Brasileira", realizado no plenário da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, nos dias 27, 28 e 29 de março. O seminário teve por objetivo a busca de um denominador comum quanto ao potencial mineral brasileiro e a sua real utilização, no comércio interno e externo.

Os assuntos de maiores destaque concentraram-se na pesquisa mineral no Brasil, Carajás — sua história e perspectivas, a mineração entre as prioridades nacionais permanentes e pesquisa mineral, governo e iniciativa privada, como também a evolução da legislação mineral brasileira e o aperfeiçoamento do atual código de mineração.

DEPENDÊNCIA

Segundo Ivan Barreto de Carvalho, Diretor Geral do DNPM (Departamento Nacional da

Produção Mineral), atualmente a indústria nacional tem relativo grau de dependência do subsolo estrangeiro. Entretanto, as estimativas das reservas do minério de ferro de alto teor, é da ordem de 18 bilhões de toneladas, sendo Carajás, a principal província mineral brasileira.

REFORMULAÇÃO

Os membros da Comissão de Minas e Energia, juntos aos demais expositores e debatedores do seminário, estarão neste ano, empenhados na reformulação e aperfeiçoamento do código de mineração brasileiro, para que se atinja o desenvolvimento, com o melhor aproveitamento dos recursos naturais, humanos, políticos, jurídicos, financeiros e econômicos. O geólogo, Judson da Cunha, da CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) também alertou para a vital importância do governo em alocar pré-investimentos na busca, localização, quantificação e qualificação dos minérios, de modo a definir oportunidades para o desenvolvimento industrial, "se desejarmos construir um setor industrial capaz de contribuir decisivamente para o desenvolvimento econômico do País". (Maria Cristina Bezerra)

Marta Alejarra

FEIJÃO

Nova variedade tem mais proteína

A Embrapa, através do Centro Nacional de Recursos Genéticos (Cenargem), vem desenvolvendo pesquisas avançadas na área de Biologia Celular, para melhorar substancialmente o valor protéico do feijão, adicionando em seu patrimônio genético um grupo de genes extraídos da castanha do Pará.

A castanha do Brasil foi escolhida por ser encontrada nela, aminoácidos sulfurados essenciais como a metionina formadores de alto valor nutricional. Não sendo esta planta de fácil aquisição, nem fazendo parte do hábito alimentício, adotou-se como vegetal co-responsável pelo remanejamento genético, uma leguminosa bastante conhecida: o feijão. Outro motivo é que o feijão apesar de estar arraigado nos hábitos alimentares do povo brasileiro, possui baixos valores nutritivos.

O PROJETO

O Engº Genético Luís Antônio

de Castro, coordenador da área de Engenharia Genética da Embrapa no Cenargem e do Projeto de Enriquecimento de feijão, conversou com o **Câmpus** e deu uma panorâmica do que é esta pesquisa avançada e pioneira em biologia celular englobando feijão e castanha.

"Trata-se do 1º projeto de pesquisa nesta área não só no Brasil, mas em todo o mundo, usando em parte do projeto tecnologia Belga, através da Universidade de Ghent, — maior centro pesquisador em biologia celular entre os países desenvolvidos". Há quatro divisões o projeto, previsto para um médio prazo, entre cinco e sete anos. Estamos na 1ª etapa, a caracterização das proteínas, sua extração, purificação e o mais importante, descobrir sua sequência na cadeia genética. Na 2ª fase, passaremos à purificação do gen em transferência transfe-rencia, a, aqui sintetiza-se o D.N.A artificialmente no laboratório. Este D.N.A ou Sonda Molecular Sintética serve para processar a 3ª etapa, a da colonagem

e transferência de gens, onde a sonda é incorporada ao organismo passando a copiar o gen. Neste momento entra o laboratório da Universidade de Ghent fazendo a troca de tecnologia nesta pesquisa de fronteira. Na 4ª etapa encontraremos a regeneração de plantas a partir de células, área desconhecida dos pesquisadores, mas aguardada com expectativa num resultado positivo.

Fora do âmbito da pesquisa, no campus avançado do Cenargem, a nível de plantio e colheita, os órgãos encarregados da produção e distribuição das sementes enriquecidas são o Centro de Pesquisa Nacional em Arroz e Feijão e o Serviço de Produção de Semente Básica.

Se por um lado o projeto recebe críticas por ser dispendioso, adverte o Engenheiro-coordenador, "por outro tem seu valor, pois é uma experiência inédita de incorporação de tecnologia sofisticada, colocando o país na vanguarda extratética como produtor agrícola. (Eustáquio de Araújo)



O feijão-castanha, mais nutritivo, vem inovar a nossa comida

GRUPO EXPERIMENTAL

Espaço aberto para a dança

O GEDUnB (Grupo Experimental de Dança da Universidade de Brasília), de onde já saíram alunos para o grupo "Asas e Elxos" de Brasília e para o Teatro Guaira do Paraná, continua aberto para a toda a comunidade Universitária. Segundo seus organizadores, o grupo não pretende ser "nem perfeito nem espetacular" e sim direto e comunicativo, mostrando aos alunos que eles também são capazes de dançar.

Criado em 1973 pela bailarina e professora de Educação Física da UnB, Maria Ruth Cavalcanti, o GEDUnB,

pertencente ao Departamento de Educação Física, só veio a ser oficializado em 1975. Por ser uma atividade extra-curricular, o grupo enfrentou algumas dificuldades. Com o apoio do professor Luis Otávio Carmo, Conceição Lopes, Chefe do Serviço de Apoio Cultural, do DAC — Departamento de Assuntos Comunitários e do SAC — Serviço de Apoio Cultural — o grupo possui atualmente o seu próprio espaço dentro da Universidade. O GEDUnB "descobre talentos, não forma profissionais" afirma Maria Ruth quando se relaciona aos distintos interesses e objetivos que levam muitos alunos a participarem do grupo, tenham eles tido ou não algum contacto com a dança anteriormente. Devido à sua rotatividade (cada semestre entram novas



O corpo e seus movimentos na dança experimental

personas) e pouca disciplina por parte dos alunos, não se formou ainda um grupo fixo. O que se procura então, é despertar, acrescentar e orientar a formação de um possível bailarino.

FASES

O GEDUnB passou por diferentes fases desde a sua criação. Hoje é oferecido o sapateado, dança moderna (técnica de Marta Graham) e a dança contemporânea introduzida por outro professor do grupo, Luiz Mendonça. Segundo Luiz, a dança contemporânea utilizando-se de uma nova linguagem de movimentos atende a mais um objetivo do grupo que é

mostrar outras técnicas de dança que não as convencionais. O GEDUnB mostrou seu trabalho no Festival de São Cristóvão (SE) e na Base Aérea de Anápolis. Em Brasília, além da Universidade, apresentou-se na Casa Thomas recentemente, no Comício "Viva Alternativa" e na ópera "Qorpo Santo", tendo sempre boa receptividade por parte do público.

Para maiores informações procure o GEDUnB localizado atrás do Departamento de Música. As aulas para iniciantes estão sendo às segundas, quartas e sextas de 12 às 13 (sapateado), de 13 às 14 hs. (contemporânea). As terças e quintas de 12 às 14 hs., dança moderna. O curso é gratuito.

(Edna Cristina)

BARES DE BRASÍLIA

A descoberta de novos valores

"É necessário criar no DF um clima e uma linguagem cultural próprias de cada comunidade, pois só quando se começa a pensar em termos de eventos e não de pessoas, as coisas acontecem", diz Robson Silva, poeta e agitador cultural responsável pela manutenção de um espaço alternativo para os artistas de Brasília: o Carinhoso, na 413 Sul.

"Arte-Alter-Nativa" é a atração de domingo no Carinhoso. Idealizado há seis meses por Eduardo Rangel e sob o comando de Robson desde dezembro passado, o bar conta com a apresentação de um recital poético, lançamento de livro e a apresentação de um cantor ou compositor de Brasília convidado pela casa ganhando "couvert" artístico, além de exposições ocasionais de artistas plásticos e, importante, um palco livre para quem quiser se apresentar, com o animado apoio do público. O projeto visa a

consolidação dos artistas da cidade num espaço fora do convencional, acontecendo inicialmente nas noites de quarta e domingo e a partir desta semana só às quartas.

Outra opção para os brasilienses é a "Noite dos Calouros", todas as quintas-feiras no Camuti (415 Sul). Concorrendo a 10 mil cruzeiros de consumação e o "troféu abacaxi" para o pior da noite, podem se inscrever músicos, poetas, bailarinos, havendo sempre a apresentação de 90% clientes e 10% aspirantes à profissionalização, segundo Renato Carvalho, músico, apresentador e proprietário. Para ele o projeto, que funciona há um ano sempre com a casa cheia, visa "uma maior interação entre os clientes e os músicos da casa, dando chance para todos". O calouro é julgado por um júri rotativo, sempre com a participação do público, que torce, batuca e vibra

com os concorrentes.

OPÇÕES

Para Robson Silva, "a imprensa se preocupa apenas em vender um nome conhecido é o que atrai". O artista local não tem a "repercussão adequada", pois sua divulgação é feita de modo ineficiente, já que "o público é viciado no esquema da Globo". Daí a importância do surgimento de alternativas como o Camuti e o Carinhoso que "criam uma tradição", diz Robson. Dá-se nesses lugares oportunidades a artistas reconhecidos como Flávio Fonseca, atração do último domingo no Carinhoso e a amadores como João Batista Júnior, o publicitário eleito por unanimidade o melhor calouro da última "noite" no Camuti, concorrendo ainda a uma finalíssima com prêmios de 100 mil cruzeiros e uma passagem aérea para o Rio de Janeiro.

Marta Rosário

Músicos da UnB sobrevivem apesar da falta de apoio

Como seria possível um artista sobreviver, juntamente com sua arte, enfrentando a falta total de patrocínios, promoções, cachê e, principalmente, público? Pela arte. Devido a uma vontade muito grande de preservar a arte. Pois é isto o que está acontecendo atualmente com os alunos e professores do Departamento de Arte da UnB. Essa realidade foi descoberta, no último dia 29, com o reinício dos trabalhos dos Concertos Semanais e a apresentação de estréia do Trio da UnB.

Os Concertos Semanais da UnB ocorrem todas as quintas-feiras no auditório de música da Universidade. E desde a sua criação, há mais de dez anos, já foram apresentados shows de jazz, músicas populares e concertos eletro-acústicos, além de músicas instrumentais e eruditas.

PÚBLICO RESTRITO

Segundo o professor Hary Schweizer, atual organizador dos Concertos, essas apresentações, apesar de serem gratuitas, são presenciadas por um público muito restrito, formado principalmente por alunos daquele Departamento, que participam das apresentações como uma disciplina curricular, não havendo, inclusive, nenhuma aula programada para aquele dia e horário.

O professor Schweizer tem consciência de que o horário, 10:30 horas, restringe bastante o público brasileiro e a comunidade acadêmica que, geralmente, estão trabalhando ou estudando. Porém, segundo ele, esse horário é proposital, pois já se tentou realizar os concertos aos sábados à tarde e às quintas-feiras à noite, não modificando em nada a plateia participante e provocando um incômodo maior aos integrantes, que tinham de se locomover à

universidade em horário extra-curricular.

Hary Schweizer acredita, porém, que o principal problema da falta de público nas apresentações musicais é a total desvalorização do artista, devido às entradas serem franqueadas. E afirma que as apresentações de shows, feitas no Teatro Nacional, mesmo com preços exorbitantes, ou talvez por este motivo, estão sempre com lotação esgotada.

FALTA DE APOIO

O professor Schweizer afirmou ainda que, além da falta de apoio popular, existe também o problema da falta de apoio financeiro. Segundo ele, a universidade não fornece nenhum meio para uma programação mais ampla, em salas mais acessíveis ao público brasileiro, ou à formulação de convites a artistas consagrados na cidade, pois estes cobrariam cachês.

A falta de apoio financeiro afeta ainda a divulgação dos Concertos Semanais. Atualmente a divulgação está sendo feita através de alguns cartazes espalhados pelo minhocão, e de cartas enviadas aos outros Departamentos da Universidade.

PROGRAMA

Na programação dos Concertos Semanais para este semestre, muitos instrumentos de sopro e piano, além das apresentações, a partir de 17 de maio, dos alunos que estão formando naquele Departamento. Segundo o professor Hary Schweizer, o Departamento de Arte gostaria de receber novas propostas tanto relativas ao horário de apresentação, quanto aos shows que serão apresentados, já podendo se inscrever os músicos da cidade que desejem participar. (Jurema Campos)



Mônica e Flávio Fonseca no Carinhoso

